



col 31 m

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: AGRAVO
PROCESSO N.º: 193869-0/01
AUTOR: DEOCLECIANO MODESTO DOS SANTOS FILHO
RÉU: BANCO DO BRASIL S.A.
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

5490
EMENTA: AGRAVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO DO RECURSO DE APELAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS POSTERIORES. LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- A inclusão de índices, para fins de correção monetária incidente sobre o valor efetivamente devido, deverá ser realizada por ocasião da liquidação do julgado, momento em que se procederá à atualização do débito judicial, com a observância dos expurgos inflacionários posteriores, em atendimento ao que preceitua o Superior Tribunal de Justiça, conforme Tabela Única aprovada pela Primeira Seção da referida Corte.
- Agravo improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo, que tem como Agravante DEOCLECIANO MODESTO DOS SANTOS FILHO e, como Agravado, BANCO DO BRASIL S.A.

ACORDAM os Desembargadores que compõem a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sem discrepância de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de Agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que passam a integrar este julgado.

Recife, 18/12/2009

[Assinatura]
Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Relator



002 32
m

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: AGRAVO
PROCESSO N.º: 193869-0/01
AUTOR: DEOCLECIANO MODESTO DOS SANTOS FILHO
RÉU: BANCO DO BRASIL S.A.
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

RELATÓRIO

DEOCLECIANO MODESTO DOS SANTOS FILHO, por meio do presente recurso de Agravo (fls. 02/06), busca a reforma da Decisão Terminativa que negou seguimento aos recursos de Apelação aforados pelo mesmo e pelo **BANCO DO BRASIL S.A.**, com fulcro no "caput" do art. 557, do Código de Processo Civil.

A sentença monocrática reconheceu o direito do demandante em receber as diferenças da correção monetária relativa aos Planos Econômicos Bresser e Verão, rejeitando, todavia, sua pretensão de inclusão dos índices IPC relativos aos meses de março, abril e maio de 1990 e fevereiro de 1991. Este entendimento foi mantido integralmente pela decisão terminativa de fls. 116/125 dos autos em apenso, contra a qual o recorrente se insurge, na oportunidade.

Sustenta a parte agravante, em síntese, que o Tribunal Regional Federal da Quarta Região pacificou o entendimento de que tais índices devem ser incluídos na liquidação do débito resultante de decisão judicial (Súmula nº 37), motivo pelo qual pleiteia, ao final, que seja exercido o juízo de retratação, dando-se provimento ao apelo, ou que seja o presente recurso levado a julgamento para, após ser conhecido e provido, dar processamento à Apelação nº 0193869-0, a fim de aplicar a atualização monetária da decisão proferida pelo Juízo *a quo*, com a aplicação dos índices supracitados.

É o relatório.

Recife,

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator



00333
m

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: AGRAVO
PROCESSO N.º: 193869-0/01
AUTOR: DEOCLECIANO MODESTO DOS SANTOS FILHO
RÉU: BANCO DO BRASIL S.A.
RELATOR: Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

VOTO

O recorrente manteve contrato de caderneta de poupança com o Banco recorrido no período compreendido entre 1987 e 1989, atingido pela edição dos Planos Econômicos Bresser e Verão, os quais foram responsáveis por expurgos inflacionários desfavoráveis ao mesmo.

Por tal motivo, a parte agravante intentou ação ordinária de cobrança, requerendo o pagamento das diferenças relativas aos mencionados planos, o que foi deferido em primeira instância, sendo-lhe negado, todavia, a inclusão do IPC relativo aos meses de março, abril e maio de 1990, e fevereiro de 1991, no que reside seu inconformismo, esposado no presente recurso.

Verifico que, de fato, não assiste razão ao Agravante. Este Tribunal já se manifestou no sentido de que tais índices não são devidos aos poupadores que tiveram suas contas encerradas antes do implemento dos Planos Collor, a exemplo do julgado abaixo colacionado:

PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - CADERNETA DE POUPANÇA- PLANOS BRESSER E VERÃO - CONTAS POUPANÇAS COM DATAS DE ANIVERSÁRIO APÓS A PRIMEIRA QUINZENA DOS MESES DE JUNHO DE 1987 E JANEIRO DE 1989 - CORREÇÃO PELO IPC IMPOSSIBILIDADE - PLANO COLLOR I E II - INAPLICABILIDADE - AGRAVO DESPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Não se aplica o IPC para as contas poupança com datas de aniversário situadas na segunda quinzena dos meses de junho de 1987 e janeiro de 1989, relativos, respectivamente aos planos bresser e verão.
2. A aplicação do índice de 10,14% referente ao mês de fevereiro de 1989 está atrelada ao reconhecimento da correção monetária pelo IPC de 42,72% para o mês de janeiro do mesmo ano.
3. Apenas as poupanças com datas-base de 1º a 15 de março de 1990, cujo trintídio iniciou-se antes da vigência da MP n. 168/1990 (convolada na Lei n. 8.024/1990) e completou-se em abril devem ser contempladas com a correção monetária pelo IPC.



00434
m

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

4. Não faz jus ao recebimento dos expurgos inflacionários referentes ao Plano Collor II o poupador que teve sua conta encerrada antes da data de implementação do referido Plano.

(TJPE; Agravo 175504-6/01; Relator Francisco Eduardo Goncalves Sertorio Canto; 3ª Câmara Cível; 30/4/2009).

Por outro lado, vê-se que a inclusão de índices, para fins de correção monetária incidente sobre o valor efetivamente devido, deverá ser realizada por ocasião da liquidação do julgado, momento em que se procederá à atualização do débito judicial, com a observância dos expurgos inflacionários posteriores, em atendimento ao que preceitua o Superior Tribunal de Justiça (REsp 629517/BA; Relatora Ministra ELIANA CALMON (1114); T2 - SEGUNDA TURMA; Julgado em 05/05/2005; DJ 13/06/2005 p. 250), conforme Tabela Única aprovada pela Primeira Seção da referida Corte (EDcl no AgRg no REsp 889662 / RJ; Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (1141); T2 - SEGUNDA TURMA; Julgado em 04/08/2009; DJe 17/08/2009).

Dessa forma, mostrou-se adequada a aplicação do regime trazido pelo art. 557 do Código de Processo Civil, razão por que **VOTO PELO IMPROVIMENTO DO AGRAVO**, mantendo na íntegra a decisão terminativa atacada.

É como voto.

Recife,

18/12/2009

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator